

ANALISE MÉDICA

NO

RPPS

Previsão: TERMO DE ADESAO



https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/compensacao-previdenciaria/comp

termo-de-adesao-comprev-novo-01-07-2021.pdf

 www.gov.br

 Secretaria de Previdência

O que você procura? 

Orientações para celebração do Termo de Adesão ao Sistema Comprev

- [Portaria SPREV/ME nº 6.657, de 11 de junho de 2021.](#)
Aprova o Termo de Adesão ao Sistema de Compensação Previdenciária, de que trata o § 1º do art. 10 do Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.
- [Nota Informativa SEI nº 14556/2021/ME, de 14 de junho de 2021.](#)
Instruções para celebração do termo de adesão ao Sistema do Novo COMPREV.
- [Termo de Adesão ao Novo COMPREV.](#) **Atenção:** somente este documento será aceito. Não adicione qualquer símbolo ou estampa
- [Entes que Firmaram o Termo de Adesão.](#)
- [Dúvidas sobre o Termo de Adesão?](#)
Em live realizada pela TV Abipem foram esclarecidos diversos pontos sobre o Termo de Adesão e eliminadas várias dúvidas que podem surgir.

TERMO DE ADESAO : Das obrigações

3.4 O ADERENTE deverá indicar profissional médico habilitado para realizar o enquadramento do requerimento de compensação previdenciária, quando decorrente de aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho (ou antiga aposentadoria por invalidez), ao rol de doenças previsto na legislação.

- São passíveis de compensações os benefícios de aposentadoria quando concedidas em razão de invalidez ou incapacidade permanente com percepção de proventos proporcionais; e as pensões delas decorrentes, desde que com a utilização de tempo advindo do RGPS ou RPPS, ou seja na forma de contagem recíproca.

- Para instruir o processo de Compensação Financeira, quando se tratar de aposentadorias por invalidez ou incapacidade, o documento necessário é o Laudo Médico Pericial que reconheceu a situação de incapacidade com a indicação da doença que acomete o segurado, conforme estabelece o art. 5º, V, do Decreto 10.188, de 20 de dezembro de 2019.

- As análises das aposentadorias por invalidez / incapacidade serão realizadas diretamente no sistema COMPREV, pelo Médico indicado por cada regime previdenciário a quem caberá a apreciação quanto ao requerimento solicitado, com a indicação da natureza do benefício concedido, se decorrente de invalidez acidentária ou se a doença que fundamenta a concessão da aposentadoria se enquadra no rol previsto no art. 151 da Lei 8.213/1991.

•Em que pese o único profissional legalmente habilitado para firmar o laudo médico pericial seja o médico perito, que estará habilitado para a avaliação pericial do servidor submetido a exame para avaliação de invalidez ou incapacidade permanente, uma vez concretizada a análise que conclui a avaliação pericial, para fins de compensação financeira previdenciária, será exigível um profissional médico qualificado à validação de tal documento, portanto, não se trata de realização de uma nova perícia para fins de compensação, mas sim que o ente federativo proceda o cadastramento de profissional médico junto ao sistema do COMPREV, para tal finalidade.

- Inexiste previsão legal no sentido de que a validação do laudo médico pericial junto ao sistema COMPREV se dê por médico perito, mas é imprescindível que seja realizada por profissional médico, regularmente inscrito em sua entidade de classe, isso porque se trata de documento fundado na relação médico-paciente, cujas informações devem ser revestidas de sigilo em salvaguarda ao direito à intimidade do paciente

- Acrescenta-se que a escolha do profissional médico é ato de gestão e em face da autonomia dos entes federativos, caberá ao gestor a escolha de como proceder para que o RPPS disponha de profissional médico habilitado para realizar a validação do laudo pericial nos requerimentos de compensação financeira previdenciária, quando decorrentes de aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho (ou antiga aposentadoria por invalidez), podendo ser o médico que realizou a perícia, ou ainda outro profissional concursado ou contratado, dentro da capacidade discricionária do Ente Federativo desde que obedecidas as regras legais de contratação pelo poder público.

Rol da doenças: **Taxativo**

- Asseverou, desse modo, pertencer ao domínio normativo ordinário a definição das **doenças** e moléstias que ensejariam **aposentadoria** por invalidez com proventos integrais, cujo **rol**, segundo a jurisprudência do STF, teria natureza **taxativa**. RE 656860/MT, rel. Min. Teori Zavascki, 21.8.2014. (RE-656860)

PARAMETROS PARA ANALISE

Art. 151. Até que seja elaborada a lista de doenças mencionada no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido das seguintes doenças:

tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada. (Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)

ROL DAS DOENÇAS - CIDS

TUBERCULOSE ATIVA: A15 A A19

HANSENÍASE: A30

ALIENAÇÃO MENTAL: F20 A F29 / F70 A F79

NEOPLASIA MALIGNA: C00 A C97

CEGUEIRA: H54

PARALISIA IRREVERSIVEL E INCAPACITANTE: I69, G11 A G13, G35 A G37, G70 A G72, G80 A G83.

CARDIOPATIA GRAVE: I11.0, I13.0, I13.2, I21 A I25, I42.0 E I50.

ROL DA DOENÇAS: CIDS

DOENÇA DE PARKINSON: G20

ESPONDILOARTROSE ANQUILOSANTE: M45

NEFROPATIA GRAVE: I12.0, I13.1, I13.2, N18

DOENÇA DE PAGET: M88

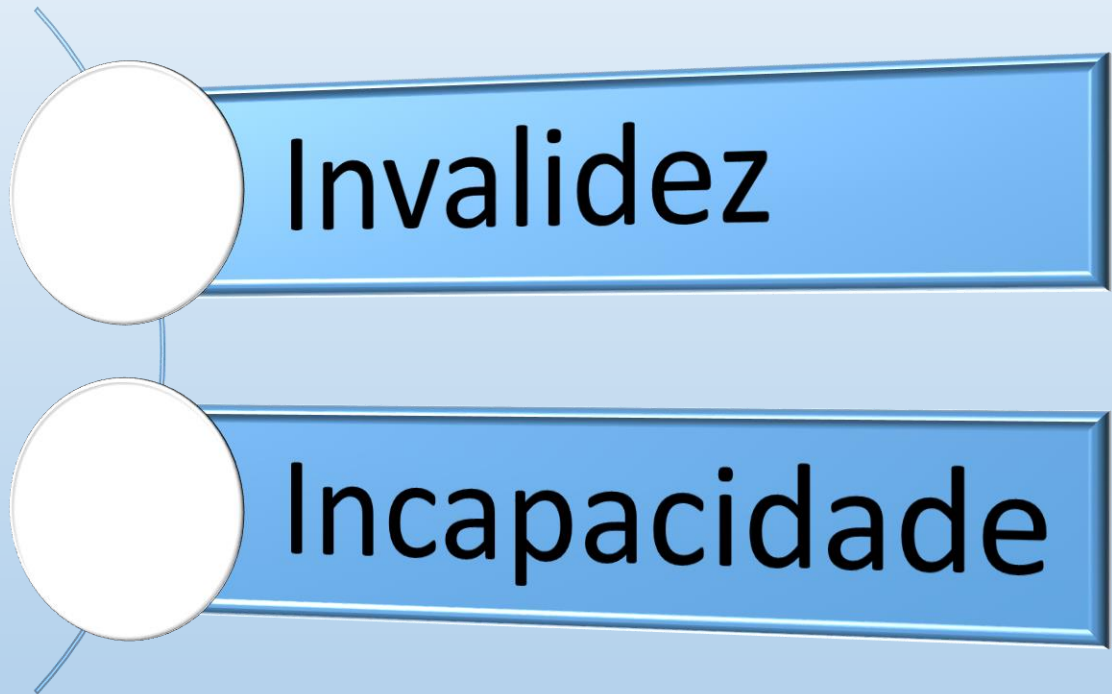
AIDS: B20 A B24

CONTAMINAÇÃO POR RADIAÇÃO: W88, W91

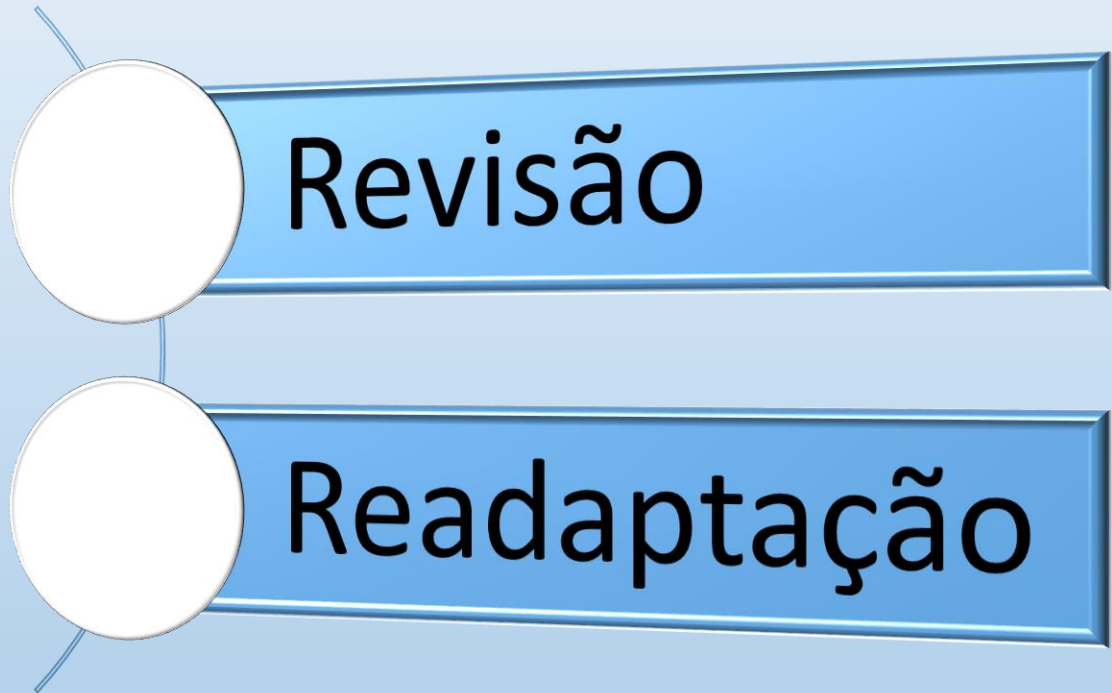
HEPATOPATIA GRAVE: K70.3, K71.7, K72.1, K72.9, K74.

ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA (ELA): G12.2

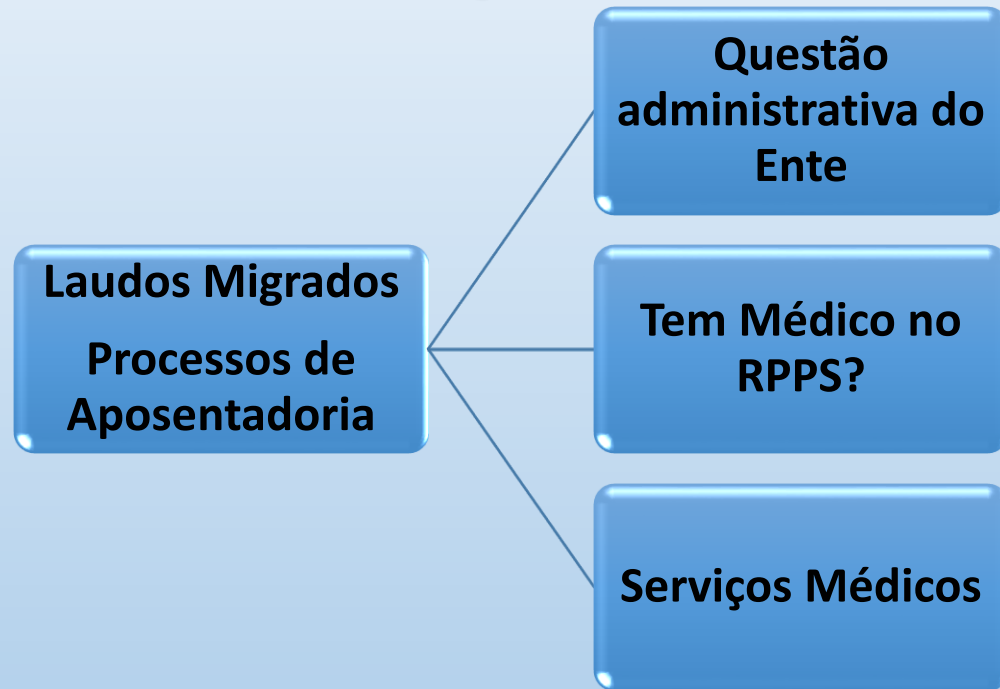
EC 103/19



EC 103/19



Contratação e os TC



COMPREV

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Início

Parecer Médico



FILTRO DE PESQUISA

REQUERIMENTOS AGUARDANDO PARECER DO MÉDICO

CPF	nome	Matrícula	Solicitante	Destinatário	Tipo	
43230393600	ANGELA MARIA CARLOS MAGNO	106012	Diadema	RGPS	Aposentadoria	Aguardando análise do médico perito
99638371820	AMELÍCIA DOS SANTOS BERNARDO	10157340110	Diadema	RGPS	Aposentadoria	Aguardando análise do médico perito
05588455843	CRISTINA APARECIDA TEIXEIRA	104405	Diadema	RGPS	Aposentadoria	Aguardando análise do médico perito



ANTONIO MARIO CARNEIRO PEREIRA

CPF **06640293889**

CNPJ@PAPEL_MEDICO_PERITO_RPPS

INST_PREV_SERV_MUN_DIADEMA

00438795000114

Sair



Início

Parecer Médico



Laudo de Invalidez

Análise

Acidentária invalidez



Enquadramento no artigo 151 da lei 8213/91

Selecione uma opção



Sim

Não

VOLTAR

EMITIR PARECER

OBRIGADO!